

I

A BAHIA NÃO É SÓ SALVADOR: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DESIGUAL NO ESTADO

Francisco Alves de Queiroz¹, Laumar Neves de Souza² e Renato Barbosa Reis³

RESUMO:

O presente artigo analisa como as políticas de desenvolvimento adotadas na Bahia, desenvolveram a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e provocaram um cenário de desigualdades regionais e sociais em relação as cidades do interior do Estado. À vista disso, traça-se o perfil histórico, social e econômico a fim de apropriar-se das particularidades e compreender os reflexos das opções econômicas adotadas no contexto estadual. Realizou-se estudos bibliográficos que descrevem a história econômica do Estado a partir de 1950. Foi pesquisado dados secundários desenvolvidos, principalmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Considera-se que os investimentos foram prioritariamente direcionados ao setor industrial e na RMS, e isso contribuiu para o agravamento do êxodo rural, falências de culturas agrícolas e das desigualdades regionais nos municípios mais afastados dos grandes centros.

Palavras-chave: Bahia. Políticas de desenvolvimento. Economia.

ABSTRACT:

This article analyzes how the development policies adopted in Bahia developed the Salvador Metropolitan Region (RMS) and provoked a scenario of regional and social inequalities in relation to cities in the interior of the state. In view of this, the historical, social and economic profile is traced in order to appropriate the particularities and understand the reflexes of the economic options adopted in the state context. Bibliographic studies describing the economic history of the state from 1950 were conducted. Secondary data were developed, mainly developed by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). It is considered that investments were primarily directed to the industrial sector and the RMS, and this contributed to the aggravation of rural exodus, crop failures and regional inequalities in the municipalities furthest from the major centers. Given this reality, they propose to review the policies for directing public resources in the state, so as to promote the generation of employment, income and the improvement of the quality of life of Bahians throughout its territory.

Keywords: Bahia. Development policies. Economy.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas que foram adotadas pelos governos estaduais ao longo da história na Bahia, principalmente a partir dos anos de 1950, de incentivos a industrialização da Região Metropolitana, provocaram um grande salto no desenvolvimento econômico da

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities. Professor da Faculdade Adventista da Bahia (FABDA) e professor substituto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: professor@franciscoqueiroz.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-6233-6074>

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities. <https://orcid.org/0000-0002-7739-1690>

³ Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pela Fiocruz. Professor da Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities. E-mail: georeis@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-2045-112X>

capital Salvador e de sua Região Metropolitana (RMS). No entanto, esta opção relegou ao abandono as potencialidades econômicas e a possibilidades de desenvolver a infraestrutura econômica das cidades do interior do Estado.

As concentrações dos investimentos na RMS provocaram um quadro de grandes desigualdades regionais e locais na Bahia. Salvador e algumas cidades centrais capitalizaram quase a universalidade dos recursos e investimentos até 2003, segundo Porto (2003) do total de 417 municípios baianos, 28 maiores centros urbanos do Estado, concentravam aproximadamente, 80% dos fluxos sociais e econômicos, mais de 50% da população baiana, 100% das matrículas dos cursos superiores, 84% dos médicos, 70% dos rádios licenciados da Bahia, 100% das redes transmissoras de televisão, mais de 80% das obras estaduais de saneamento básico, 100% das obras de complexos de viadutos e duplicação de rodovias, 100% dos portos e aeroportos comerciais.

Hoje esse cenário não mudou muito, foi percebido os discretos esforços na implantação de algumas unidades hospitalares no interior, instalação de poucas universidades públicas e de um certo incentivo a agroindústria. Mas, a RMS continua catalisadora de fatia considerável, mais que proporcional ao seu contingente populacional, dos investimentos públicos do Estado. O IBGE (2010) indica que estão na RMS: 51% dos empregos formais do Estado, 90% das Indústrias, 90% dos leitos de UTI, 100% de leitos de alta complexidade em diversas especialidades médicas e mais de 70% das matrículas presenciais em cursos superiores.

Com a intenção de desvendar os motivos que tornaram o território baiano um espaço desigual para empreendimentos privados e públicos, é necessário recuar no tempo e observar como se deram certas tramas socioeconômicas que contribuíram para o desenvolvimento isolado de determinadas regiões do estado. O caminho optado pelos governos estaduais de seguir na direção da industrialização concentrada na RMS, somando-se a ausência de investimento no interior nas atividades agrícolas contribuíram, dessa forma, para falência de diversas culturas tradicionais. Com a decadência dos plantios do fumo, cacau e do algodão e ainda com ciclos mais fortes de secas no interior do estado, o quadro de desocupação rural e miséria social se ampliaram e, deste modo, as regiões metropolitanas surgiram para as pessoas do campo como uma possibilidade natural de tentativa de trabalho.

Este artigo tem como objetivo discutir como as políticas de desenvolvimento adotadas no Estado desenvolveram a Região Metropolitana de Salvador e provocaram um cenário de desigualdade regional e social em relação às cidades do interior da Bahia. E neste sentido, este texto apresenta de início os traços históricos gerais da economia baiana, em seguida, uma discussão teórica e a exposição de dados sobre o processo de industrialização do Estado, e por fim para evidenciar o reflexo das opções adotadas é apresentado os números do mercado de trabalho na Bahia.

Quanto aos procedimentos metodológicos, este texto faz uma revisão dos importantes autores que pesquisam a Economia da Bahia, adota como base histórica e fonte de inspiração o livro *A Trilha Perdida* de Noélio Spinola (2009). As bases de investigação empírica são os dados ofertados pelo Censo Demográfico do IBGE (2010), das publicações da Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua do IBGE - PNADc (2018), (2019), no Cadastro

Geral de Empregados e Desempregados do Ministério da Economia - CAGED (2018), (2019) e dos Censos Agropecuários do IBGE e da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (SEAGRI). Os dados foram expostos em gráficos e tabelas e analisados comparativamente em função do que se acontece no interior e na RMS.

2 TRAÇOS GERAIS SOBRE A ECONOMIA BAIANA

Antes de descrever os traços históricos do desenvolvimento baiano, é prudente fazer a sua caracterização econômica. A Bahia tem 14,8 milhões de habitantes, estimativas IBGE (2018), o 4º estado mais populoso do país, 6º maior PIB (261 bilhões em 2018), o 6º que mais arrecada, com 45,8 bilhões de reais, de receitas totais da administração estadual, nesse mesmo ano. Em contrapartida a essa arrecadação e produção de riqueza, o estado está em 23º lugar em rendimento nominal domiciliar per capita (R\$ 841 reais) e 22ª posição no IDH, entre os estados do país. Este capítulo procura descrever os traços desta dicotomia, entre estar posicionado entre os estados mais ricos e, por outro lado, encontra-se entre as últimas colocações no que se refere à qualidade de vida e renda de sua população.

Spinola (2009) denuncia há certo tempo, os dados da miséria social da Bahia ao apontar que 55,3% dos domicílios da população vivia com renda per capita menor que um salário mínimo, e que apenas 1,2% da renda gerada no estado era destinado aos 20% mais pobres, enquanto os 20% mais ricos se apropriavam de 70,2% de toda riqueza produzida no estado. Tal quadro de desigualdade e concentração de renda pode ser visto através do índice de GINI⁴, igual 0,660 pontos. O autor ainda chama atenção para o fato de que o estado vive esta dicotomia por que perdeu a “trilha do desenvolvimento”. E essa trilha foi perdida com a mudança da capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.

Desde que a Bahia perdeu os trilhos, se constituiu em um estado sem força política, desconectado do centro do poder, que fora primeiro para o Rio de Janeiro e, em 1961, para Brasília. Herdou as dívidas dos tempos de colônia e conviveu com insuficiência de receitas e desequilíbrio fiscal até a década de 1950. Sofreu diversas intervenções federais, falta de infraestrutura e políticas que se preocupassem com o Estado como um todo, capital e municípios do interior. Na verdade, a Bahia foi um campo de amplas brigas políticas pelo poder, sempre prevalecendo de uma maneira ou de outra, os interesses oligárquicos e coronelistas. (SPINOLA, 2009)

O atraso da Bahia sempre foi tão eminente que o governador Otávio Mangabeira, em um discurso de lamentação das condições socioeconômicas do estado, eternizou uma espirituosa frase “[...] na Bahia o atraso é tão grande, que se o mundo acabar os baianos só saberão 5 dias depois” (SPINOLA, 2009, p. 162).

⁴ O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda de um país, de um estado ou de um município. O indicador que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda e 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

A economia da Bahia até o ano de 1950 era predominantemente agrária e se concentrava, fortemente, em torno das explorações de minerais preciosos na região da Chapada Diamantina. Sustentava-se, também, da produção do açúcar, do algodão e fumo e depois do cacau.

Rômulo Almeida (2005) relata que o processo de desenvolvimento industrial, que ocorreu no Sul/Sudeste, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, foi pioneiro, mais intenso e melhor distribuído pelo território desses estados, impactando positivamente na geração de emprego e renda, assim resultando na evolução urbana das cidades que receberam unidades industriais.

A descoberta do petróleo em terras baianas e a construção da Refinaria Landulpho Alves, nos anos de 1950, provocou a alavancada do processo de planejamento econômico do estado. Os governos federais e estaduais tornaram mais incisivas as ações governamentais e, segundo Teixeira e Guerra (2000), o “enigma baiano” começou a ser superado. Mesmo que tardiamente, o Governo do Estado agiu através de programas de incentivos fiscais e implantou, a partir dos anos 1960, o Centro Industrial de Aratu (CIA), em Simões Filho e em Candeias, em 1967 e, logo em seguida, (1969) inaugurou o Centro Industrial do Subaé (CIS), em Feira de Santana. Nove anos depois (1978) entrou em operação o Polo Petroquímico de Camaçari.

O processo de industrialização da Bahia iniciou por um impulso exógeno. O Governo do Estado ofereceu “[...] uma infraestrutura para instalações industriais, concentrada em uma área próxima da capital, dotada de facilidades portuárias, rodovias, ferrovia, além de energia, água etc.” (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 5). Os autores ainda relatam que, foram centenas de projetos instalados, mais de 30 mil empregos diretos criados só no CIA. O problema dessa política exógena de investimento, fundamentada em benefícios fiscais, estava no fato de não haver um projeto contratualizado de permanências das empresas após o período de vigência dos tais incentivos. Assim, após o término da isenção tributária, muitas empresas enceraram suas atividades e foram para outros estados. A guerra fiscal entre os estados para atrair indústrias, demonstra a ausência de um projeto nacional sustentável de industrialização.

Outro ponto a se registrar na industrialização baiana é que concentrou mais do que 95% dos investimentos na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Excetuando-se o CIS em Feira de Santana, o resto do Estado ficou esquecido e sem colher os frutos do crescimento provocado pelo processo de industrialização, visto que, os governos Estaduais da década de 1950 até hoje — com certa exceção relativa período 2007-2014 (governo Jaques Wagner),⁵ — concentram a política industrial e as grandes obras de infraestrutura na RMS, ficando o interior em situação de extrema carência e atraso econômico e social. As cidades do interior que ainda receberam algum investimento foram Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Juazeiro e outras cidades litorâneas de apelo turístico.

Fonseca (2011) e Porto (2003) destacam que para realçar ainda mais as discrepâncias de investimentos na Bahia, do universo de 417 municípios baianos, 26

⁵ Neste período foram implantados no Interior do Estado: 5 Hospitais Regionais, revitalização da malha rodoviária estadual, construção de novas estradas, 5 Universidades Federais, iniciou a construção da Ferrovia Oeste Leste, 101 Centros Federais de Educação. A proporcionalidade de investimento no interior foi a maior de todos tempos. O governador Rui Costa, apesar de ser de mesma linha política de Jaques Wagner, volta à prática de concentrar investimentos e recursos, principalmente em Salvador.

centros urbanos (6,24%) até 2002, concentravam 80% dos fluxos sociais e econômicos e mais de 50% da população baiana. Concentravam, também, 100% das matrículas dos cursos superiores, 84% dos médicos e 70% dos rádios licenciados do estado. Nesses 26 centros estão os 13 da região Metropolitana de Salvador e outros 13 com mais de 100 mil habitantes⁶ entre os quais, Feira de Santana.

Sobre esse processo de concentração, parece haver uma produção intencional da ampliação das desigualdades regionais. Maricato (2003), por exemplo, analisa o que Estado brasileiro ao planejar o processo de urbanização e desenvolvimento, o fez com características do período colonial, como o coronelismo, a política do favor e a aplicação arbitrária da lei, no intuito de conservar manutenção do poder e privilégios, promovendo a desigualdade regional e social.

Este cenário de atraso e desigualdade socioeconômico no interior estado, que de certa forma, se ampliou com as opções das gestões estaduais, aprofundou o êxodo rural de municípios interioranos para os grandes centros urbanos. E Feira de Santana é a primeira grande cidade no caminho dos retirantes ruralistas que tentaram melhores condições de vida nas grandes metrópoles brasileiras. Assim, descrever as opções de investimentos do Governo do Estado ajuda a compreender as concentrações de recursos na RMS e o movimento migratório ruralista.

3 A INDUSTRIALIZAÇÃO DESENVOLVEU A RMS, MAS NÃO DESENVOLVEU O INTERIOR DA BAHIA

Não seria exagero dizer que o processo de industrialização da Bahia poderia ser chamado de processo de industrialização da Região Metropolitana de Salvador, dado que fez o PIB do estado crescer, mas concentrado na RMS, a qual “[...] concentra um robusto parque produtivo, capaz de aglutinar serviços das mais diversas naturezas [...] constituída de uma classe operária moderna e uma classe média relativamente forte.” A industrialização iniciada nos anos 1950 transformou a economia agroexportadora dependente, atrasada e estagnada em uma economia mais dinâmica e produtiva (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 13). Contudo, o resto do estado continuou em estágio de grande atraso social, miséria, fome e analfabetismo.

Um detalhe a ser observado, é que as características agroexportadoras do Estado, não precisavam ser relegadas ao esquecimento paralelamente ao processo de industrialização. Com isso, a Bahia perdeu o protagonismo em diversas culturas em que tinha produção expressiva, a exemplo do cacau do sul da Bahia, do algodão do centro oeste, do açúcar no litoral e do fumo no recôncavo e em Feira de Santana, que entraram em decadência, pelas mais diversas razões, clima, pragas, porém a principal delas foi a falta de investimento para propiciar os avanços tecnológicos necessários à sustentabilidade dessas culturas.

⁶ Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Juazeiro, Ilhéus, Jequié, Teixeira de Freitas, Barreiras, Alagoinhas, Porto Seguro, Paulo Afonso, Eunápolis e Santo Antônio de Jesus.

A crise do algodão veio com as pragas do bicudo e o pulgão, a crise do Cacau desempregou 250 mil pessoas, foi proveniente do fungo "Crinipellis pernicioso", causador da doença conhecida como vassoura-de-bruxa.

Passando neste exato momento, a analisar a cultura do fumo, a Bahia se manteve na liderança da produção até a chegada da indústria na RMS, década de 1970. Segundo a Revista Bahia Agrícola (2003), a produção de fumo que era de 45 mil toneladas em 1965, caiu para 30 mil toneladas em 1975 e alcançou o fundo do poço em 1994, com apenas 5 mil toneladas naquele ano. Em 2017 produziu míseras 3,6 mil toneladas, apenas 0,4% da produção nacional (IBGE, 2017). A derrocada de uma cultura eminentemente de manejo familiar, ocasionou miséria a milhares de pessoas, que perderam a renda, o que se deu por ausência de falta de incentivos e políticas governamentais. Ao contrário da postura do estado baiano, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, segundo o Departamento de Economia Rural – (DERAL, 2017), há constantes processos de pesquisa e inovação sobre a cultura do fumo, famílias rurais participam de treinamentos em um processo contínuo de fortalecimento e diversificação dessa cultura. Não por acaso são os estados líderes nesse cultivo, sendo responsáveis por 98% da produção de fumo no Brasil. Em 2017, foram produzidas mais de 800 mil toneladas e empregadas 30 mil pessoas nas usinas de beneficiamentos e mais 15 mil produtores diretos, em cada unidade produtiva, onde atuam em média 5 pessoas.

Não obstante, chamar a atenção para a falta de consideração governamental em relação à decadência da atividade agrícola na Bahia, foi importante para compreender que o mercado de trabalho sofreu um forte nível de desocupação no nível estadual e que os custos de oportunidades, na geração de empregos ocasionados, pela industrialização da RMS não gerou retornos significativos no nível de interior do estado. Ou seja, no *trade off* do processo de industrialização talvez se possa incluir, em parte, o atraso que entrou a agricultura baiana.

Por outro lado, a industrialização baiana não se desenvolveu nos níveis vistos nos estados do sul. O processo de expansão industrial da Bahia se deu uma maneira muito forte até os anos 1980, sendo que, segundo o IBGE (2019), o pessoal ocupado nas indústrias extrativas e de transformação, o número de empregados saiu de 36.152 pessoas ocupadas, em 1966, para 105.250 em 1981. A partir deste momento começou a declinar, ficando na casa dos 100 mil empregados até 1984, seguem-se, dez anos de decadência, caindo para 64.066 mil trabalhadores ocupados em 1995. Nesse mesmo período as unidades industriais seguiram o mesmo roteiro, saindo de 3.134 unidades em 1984, para 541 unidades em 1995. Tal processo de desindustrialização também acometeu o Brasil, mas na Bahia a proporção foi bem mais forte. O Brasil, em 1984, tinha 4,2 milhões de pessoas ocupadas e, em 1995, passou a 3,2 milhões de pessoas ocupadas. A queda na Bahia foi de 39% e no Brasil de 23% do total de pessoas ocupadas no mesmo período.

A partir de 1996 a metodologia do IBGE⁷ para se considerar as atividades industriais mudou, na verdade evoluiu e diversas atividades foram incluídas nas categorias indústria extrativa e indústria de transformação. Motivo pelo qual se optou por fazer a análise do

⁷ Podem ser verificadas todas as mudanças nas classificações de atividades econômicas que aconteceram a partir de 1996 no manual *Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE Versão 2.0*, disponível no site do IBGE. <https://concla.ibge.gov.br/imagens/concla/documentacao/CNAE20_Subclasses_Introducao.pdf>

parágrafo anterior observando o período 1966-1995, que utilizou a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE Versão antiga. De 2007 em diante, a pesquisa utilizou uma nova versão, a 2.0. para a Bahia, esta pesquisa, não encontrou, no IBGE, dados de pessoal ocupado e de unidades industriais de 1996 a 2006.

Há dificuldade em comparar ou agrupar dados da Tabela 1 – Pesquisa Industrial Anual, com as outras do IBGE, pois as pesquisas das PNADs são por amostragem, induz a parte entrevistada ao todo. Outra observação é que a PNAD encerrou sua série em 2015, foi substituída pela PNAD Contínua, que iniciou seus levantamentos em 2012. A Pesquisa Industrial apresentada na Tabela 1, tem período estudado de 2007 a 2017. Então, devido a esta falta de sintonia na linha do tempo das Pesquisas serão feitas análises pontuais.

Tabela 1 – Pesquisa Industrial Anual - IBGE, Brasil e Bahia, 2007-2017

ANO	Brasil		Bahia	
	Número de unidades locais (Unidades)	Pessoal ocupado em 31/12 (Pessoas)	Número de unidades locais (Unidades)	Pessoal ocupado em 31/12 (Pessoas)
2007	172.680	6.981.574	4.597	187.506
2008	182.154	7.313.360	5.095	199.158
2009	185.576	7.379.490	4.868	206.123
2010	189.532	7.917.153	5.387	231.801
2011	198.941	8.156.630	5.723	246.721
2012	192.798	8.238.327	5.139	235.291
2013	204.389	8.442.742	5.769	245.961
2014	209.561	8.305.204	5.973	238.026
2015	201.204	7.642.517	5.886	230.923
2016	194.843	7.262.609	5.933	213.660
2017	189.018	7.213.944	5.963	215.035

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual (2019).

A indústria brasileira sentiu a crise e, de 2014 a 2017, perdeu mais de 1 milhão de trabalhadores. Na Bahia, a população ocupada nesse setor chegava a 246 mil em 2011, recuando para 215 mil pessoas em 2017. Em 2018, estima-se pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) que perdeu mais 5 mil trabalhadores. Com esses valores, em 2017, os trabalhadores da indústria representavam menos de 7% da população ocupada no Brasil, 7,2 milhões de 92 milhões de ocupados. Na Bahia, em 2017, os 215 mil trabalhadores da indústria representavam apenas 3,6% dos 5,9 milhões de trabalhadores brasileiros ocupados (PNADCT, IBGE, 2017).

Os dados apresentados, tanto em nível nacional, como em nível estadual, evidenciam que o processo de industrialização não foi suficiente para impactar significativamente o mercado de trabalho. Esse quadro se torna ainda mais grave, porque 45% dos trabalhadores industriais da Bahia, cerca de 99 mil pessoas, estão na Região Metropolitana de Salvador.

A insistência em priorizar os investimentos do Estado em indústrias na RMS, tem demonstrado contribuição para ampliar as assimetrias regionais e relegar as demais regiões

a um fraco desenvolvimento socioeconômico. A medida que os governos da Bahia investem prioritariamente na indústria, ausentam investimento no setor que mais tem potencial de gerar número de ocupações no estado, a agricultura. E esta opção, amplia a migração de jovens do interior do estado em busca de oportunidades nos grandes centros estaduais.

4 A COMPOSIÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA

Esta subseção apresenta informações sobre a composição do mercado de trabalho na Bahia, pesquisas dessa natureza em nível estadual, são sempre positivas pois, visto que, a PNAD Contínua, como já foi dito, não tem cobertura em diversas etapas do seu levantamento, em cidades do interior. A falta de recursos impede o IBGE de realizar pesquisas como maior cobertura geográfica. Tal contingenciamento de recurso é uma postura equivocada do Ministério do Planejamento, um país que não se conhece bem, certamente terá dificuldades de realizar bons planejamentos.

A Bahia tinha uma população estimada em 14,8 milhões de pessoas em 2018, (IBGE CIDADES, 2019), 564,7 mil de Km² de território, 5º maior estado do Brasil em território. Para ter uma noção comparativa de sua grandeza, se fosse um país seria 48º em extensão territorial, maior do que países como a França, Espanha, Suécia, Noruega, Japão, Alemanha e Reino Unido por exemplo. Desta área, a Bahia tem cerca de 50,8% com pastagens e matas naturais, mais 278,3 mil KM², 49,2% de área territorial ocupada por cerca de 762,6 mil estabelecimentos e 2,1 milhões de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. “[...] Do total dos estabelecimentos, 83% eram explorados pelos próprios proprietários (para uma proporção da área territorial de 64%), 11% explorados por arrendatários e ocupantes (2% da área territorial) e 5% explorado por administradores (34% da área territorial)” (IBGE, 2017).

Mas, diante desse cenário de grandeza, uma coisa chama a atenção, o estado tem apenas 89 mil empregos formais no setor. E o Governo Estadual não demonstra interesse em desenvolver o potencial agropecuário, visto que no orçamento aprovado em dezembro de 2018, 166,2 milhões de reais foram para a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura — 0,36% das receitas estimadas — e, para a Secretaria de Desenvolvimento Rural, 474,4 milhões de reais, 1,02%. Os dois percentuais somados dão apenas 1,38% do total de 46,4 bilhões de reais do orçamento de 2019. Os dados evidenciam que não há uma prioridade de investimentos do governo do Estado da Bahia para o Setor agropecuário.

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), evidencia que o mercado de trabalho formal da economia baiana, gira em torno dos setores de serviços e comércio, respectivamente, 59% e 20%, que somados são 79% dos empregos formais nessas duas categorias. A indústria vem em terceiro com 12%, 247,7 mil vínculos registrados. Em quinto, vem a construção civil, com 112,9 mil vínculos, 5% do total e, em seguida a agropecuária, com 89 mil empregos, com 4% do total. A dissonância aqui é que, quando considerado a ocupação total, composta por trabalhadores formais e informais, na Agropecuária há 2,1

milhões de pessoas ocupadas, o número alcança 37% do total da força de trabalho ocupada no Estado.

Mesmo os setores de serviços e comércio sendo formalmente os que mais empregam, e o setor agropecuário o com mais pessoas ocupadas no geral⁸, a gestão do atual governo baiano, destina a maior parte do orçamento para a indústria, tanto em investimentos diretos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Manutenção dos Centros Industriais, como pela renúncia fiscal de 9,5 bilhões de reais, só em dois projetos. Isso, no período de 2014-2017, sendo 8,1 bilhões de reais para o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve) e 1,3 bilhões de reais para o Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo (Proauto) (TCE, 2017).

Tais renúncias são alvos de críticas do Relatório e Parecer Prévio do TCE sobre as Contas do Chefe do Poder Executivo do Estado da Bahia – Exercício de 2017. Observe uma das notas do (TCE, 2017, p. 137):

Ausência de avaliação de desempenho para o programa DESENVOLVE. Da análise dos relatórios disponibilizados pela SDE, observou-se que os documentos utilizados para apresentar resultados do programa DESENVOLVE não configuram uma avaliação de desempenho, pois, embora registrem dados de acompanhamento dos projetos analisados pela Secretaria, não averiguam o cumprimento de metas ou emitem manifestação conclusiva sobre o andamento da política pública a que se reportam. Observou-se, também, que os relatórios não se apropriam de estudos produzidos pela SEFAZ em relação ao programa, cujo caráter é pontual e limitado ao aspecto tributário. (Grifo nosso)

O objetivo do governo do estado estava firmado em 103 protocolos de intenções da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE, 2017), para a geração de 24.891 empregos com o investimento previsto de 4,83 bilhões de reais. Entretanto, os investimentos são bem maiores e os resultados não mensurados. Não se pretende, aqui, desmerecer a importância da indústria para o desenvolvimento econômico do estado, mas em 4 anos, o Governo renunciou a 10,6 bilhões de reais no setor em que está em contração na expectativa de geração de apenas 24,8 mil empregos, ou seja, ao custo de R\$ 425.856,74 por emprego gerado. Acredita-se que o custo de oportunidade exercido aqui não foi a melhor escolha, pois, se parte desses investimentos fossem realizados na agropecuária e nos setores de comércio e serviços, se obteria um retorno mais eficiente.

Considerando-se os resultados expostos pela PNAD na Tabela 2, do último trimestre do ano de 2018, na qual se faz uma comparação da Bahia com o Brasil, verifica-se que o estado está em situação de atraso. Na Bahia a taxa de participação da força de trabalho (58,4%) é 3,3% inferior a do Brasil (61,7%). Em relação ao desemprego, o cenário é ainda pior, a tabela 2 indica um alarmante (17,4%) de taxa de desocupação no estado, o que é 5,8% a mais que a média nacional (11,6%).

⁸ O setor agropecuário tem 2,1 milhões de pessoas ocupadas, sendo 480 mil produtores para próprio consumo (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017). 451 mil empregados (PNAD, 2015);

Tabela 2 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis – Brasil e Bahia, 2018

	Brasil	Bahia
Pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas)	170.022	11.925
Força de Trabalho	104.888	6.964
Ocupadas	92.736	5.724
Desocupadas	12.152	1.211
Fora da força de trabalho	65.133	4.961
Taxa de participação força de trabalho ⁹ (%)	61,7	58,4
Nível de ocupação, (%)	54,5	48,2
Nível de desocupação (%)	7,1	10,2
Taxa de desocupação (%)	11,6	17,4

Fonte: IBGE/PNAD (2018).

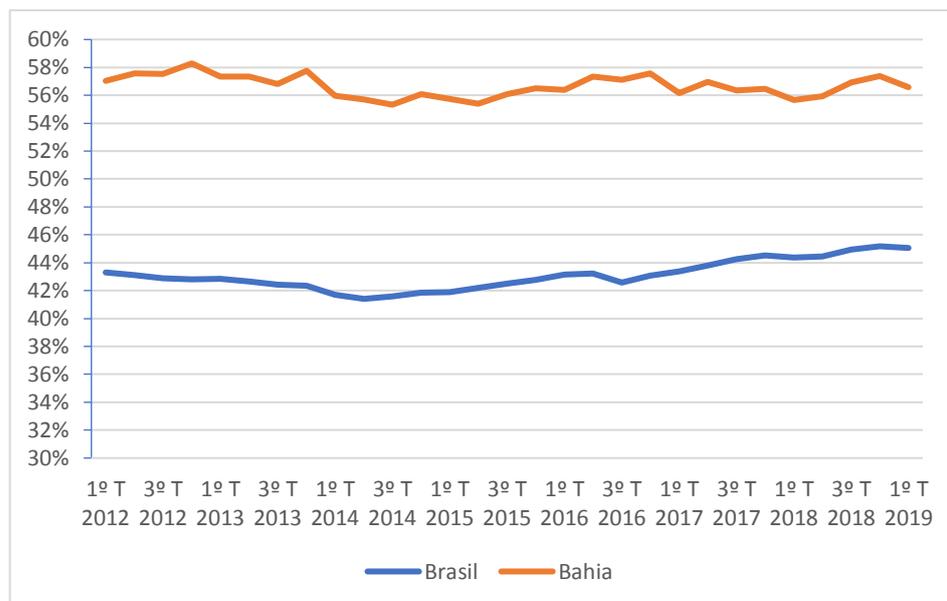
A série histórica da pesquisa da Tabela 2, a qual apresenta que na taxa de ocupação, de 2012 para 2018, o Brasil se manteve estável (61,7%), tendo alcançado maior nível de participação da força de trabalho, em 2017, com 61,8% e menor em 2014 com 60,9%, uma variação de apenas 0,9%. Diferentemente da Bahia, que teve maior volatilidade, em 2012, de 61,7%, foi para 62,5% em 2015, uma variação positiva de 1,8%. No período 2015-2018, sofreu uma queda forte de 4,2%, decrescendo de 62,5% para 58,3%. Nessa dinâmica, se observa na Bahia, que ao invés de se recuperar da crise, o estado pode ainda estar em um processo de aprofundamento da recessão. Tais evidências podem ser observadas em análises do comportamento da taxa de desemprego que insiste em ficar acima dos 17%.

Na Bahia, os indicadores que medem o desenvolvimento econômico e o mercado de trabalho merecem atenção, pois ficam abaixo da média nacional. Mesmo com o 6º PIB, entre os estados do país, a situação de atraso socioeconômico do estado pode ser verificada em alguns indicadores: a) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com a posição 22º; b) Rendimento nominal mensal domiciliar per capita de R\$ 841, comparando a outros estados fica na 23ª colocação, c) Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, R\$ 2.184,00, que comparado a outros estados fica na 17º posição; d) Proporção de pessoas de 14 anos ou mais em trabalho formal, 44,1 %, que também, comparada a outros estados fica em 19º lugar; com taxa de informalidade de 55,9%.

O Gráfico 1, evidencia uma discrepância significativa entre o grau de informalidade do trabalho na Bahia, com o Brasil. São 12% a mais da taxa de informalidade em relação à média nacional. Os dados apurados com população ocupada informalmente (55%), se aproximam das informações das pessoas ocupadas, sem contribuição para Instituto de Previdência em qualquer trabalho em 2018, de 3,03 milhões de um total de 5,98 milhões de pessoas ocupadas, significa que 51% está sem seguridade social no exercício do trabalho.

⁹ Refere-se à razão percentual entre as pessoas na força de trabalho e as pessoas em idade ativa.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de informalidade, Bahia–Brasil, 2012-2019, (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADCT, (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo aqui desenvolvido, articulou uma análise de como as políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo estadual, ao longo dos anos, provocaram um cenário de desigualdade regional e social em relação as cidades do interior da Bahia. Foi apresentado os traços históricos gerais da economia baiana, em seguida realizada uma discussão sobre o processo de industrialização do Estado, e por fim, evidenciou-se que o reflexo das opções adotadas pelas gestões públicas contribuiu para o desequilíbrio do mercado de trabalho e da baixa qualidade de vida do baiano.

Sobre o processo de concentração, parece haver uma produção intencional da ampliação das desigualdades regionais. A Bahia ao planejar o seu processo de industrialização, o fez com características de coronelismo, no intuito da manutenção do poder e privilégios, promovendo a desigualdade regional e social. Ao priorizar a RMS, as características agroexportadoras do Estado foram relegadas ao esquecimento. E com isso, a Bahia perdeu o protagonismo agrícola em diversas culturas em que tinha produção expressiva: o cacau, algodão, açúcar e o fumo. Produções que entraram em decadência, pelas mais diversas razões, clima, pragas, mas a principal delas foi a falta de investimentos para propiciar os avanços tecnológicos necessários à sustentabilidade dessas culturas.

As opções das gestões estaduais refletiram no interior do estado. As pequenas cidades já viviam um cenário de atraso e desigualdade socioeconômica, e isso foi aprofundado com o êxodo rural, as pessoas abandonaram os lugares de origem e partiram com destino aos grandes centros urbanos, na tentativa de conseguirem melhores condições de trabalho e vida.

Os dados apresentados neste artigo evidenciam que o processo de industrialização não foi suficiente para impactar significativamente o mercado de trabalho estadual. Um estado com quase 12 milhões de pessoas na força de trabalho, em 2018, tem apenas 247 mil (2% do total) na indústria. E esse quadro se torna ainda mais grave, porque 45% dos trabalhadores industriais da Bahia, cerca de 99 mil pessoas, estão concentradas na Região Metropolitana de Salvador.

A insistência em priorizar os investimentos do Estado em indústrias na RMS, ampliam as assimetrias regionais e o fraco desenvolvimento socioeconômico das demais regiões do estado. Tal opção impossibilita que ocorra investimentos no setor com mais potencial de gerar empregos no Estado, neste caso a agricultura, e como consequência disso, tem-se a ampliação da migração de jovens do interior do estado para os grandes centros estaduais em busca de oportunidades de trabalho e sobrevivência.

Em relação ao mercado de trabalho na Bahia, a primeira dificuldade em se diagnosticar a realidade é a ausência de pesquisas em nível Estadual, as séries do IBGE e da PNAD só tem cobertura na RMS. Isso se torna um grande entrave para a pesquisa, visto que, um estado que não se conhece bem, certamente terá dificuldades de realizar bons planejamentos. De posse dos dados disponibilizados, têm-se que os setores de serviços e comércio são os que formalmente mais empregam, o setor agropecuário, que tem mais pessoas ocupadas, considerando a informalidade, no entanto, o setor que recebe a maior parte do orçamento de investimento é a indústria. Diante deste cenário e observa-se que, desde o ano de 2012, o desemprego vem crescendo de forma expressiva a nível estadual, chegou a 17,4% em 2018. Cabe a sociedade rediscutir as políticas de investimentos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia.

Em síntese, a Bahia é um Estado com dimensões nacionais, que tem altos índices de desocupação, de informalidade e de miséria social. Os investimentos direcionados ao setor industrial trazem baixo retorno a sua população, e assim sendo, é necessário rever as opções para redirecionar os recursos públicos, de forma que, efetivamente promova a geração de emprego, renda e a melhoria da qualidade de vida dos baianos em todo o seu território.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. **Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. RDE História**, Ano XI Nº 19 – Jan. 2009 - Salvador, BA.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX**. Salvador: FIEB, 2008.

FONSECA. Antonio Angelo Martins da. **A questão da desigualdade regional e local no estado da Bahia**: uma nota introdutória para a problematização do tema. Salvador: UNEB, 2011.

FONSECA. Antonio Angelo Martins da. **A questão da desigualdade regional e local no estado da Bahia**: uma nota introdutória para a problematização do tema. Salvador: UNEB, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Crise do cacau desemprega 250 mil na BA**. São Paulo, domingo, 27 de julho de 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/7/27/dinheiro/18.html>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

IBGE. **PNAD Contínua**: taxa de desocupação é de 11,6% e taxa de subutilização é de 23,9% no trimestre encerrado em dezembro de 2018. Rio de Janeiro: IBGE, Fev. 2019.

IBGE. **Trabalhadores por Conta Própria Perfil e Destaques**. Rio de Janeiro: Jan. 2008.

MARICATTO, Erminia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARICATTO, Erminia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. São Paulo: Estudos Avançados 17, 2003.

PESSOTI, Gustavo Casseb; PESSOTI, Fernanda Calasans Costa Lacerda. **Tendências recentes e perspectivas para a economia baiana**. XI Encontro de Economia Baiana. Salvador: Corecon, 2015.

PNAD, **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios 2018**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 2019.

PORTO, E. *Desenvolvimento e território na Bahia*. Salvador: SEI, 2003.

REVISTA BAHIA AGRÍCOLA. **A cultura do fumo na Bahia da excelência à decadência A cultura do fumo na Bahia da excelência à decadência** v.6, n.1, nov. 2003, ISSN 1414-2368. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/V6N1_socieconfumo.pdf> SPINOLA, Noélio Dantaslé. **A trilha perdida**: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: Editora Unifacs, 2009.

TEIXEIRA, F; GUERRA, O. **50 anos da industrialização baiana**: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análises & Dados*, Salvador: SEI, n. 1, v. 10, jul., p. 87-98, 2000.